

**DAS** **JOSIANE ROSE**  
**SOMBRAS** **PETRY VERONESE**  
**À LUZ** **O RECONHECIMENTO DA**  
**CRANÇA E DO ADOLESCENTE**  
**COMO SUJEITOS DE DIREITOS**

**EDITORA LUMEN JURIS**  
**RIO DE JANEIRO**  
**2021**

*Copyright* © 2021 by Josiane Rose Petry Veronese

Categoria: Direitos Especiais

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

V549s

Veronese, Josiane Rose Petry

Das sombras à luz : o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos / Josiane Rose Petry Veronese. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

388 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 349-376.

ISBN 978-65-5510-709-8

1. Reconhecimento. 2. Sujeitos de direitos. 3. Direitos das crianças - Brasil. 4. Direitos dos adolescentes - Brasil. I. Título.

CDD 346.810135

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio – Uma Obra Diferente</b> .....	1
<i>Airton Cerqueira-Leite Seelaender</i>	
<b>Apresentação</b> .....	3
<i>Reynaldo Soares da Fonseca</i>	
<b>Introdução</b> .....	9
<b>1 O Caminho Histórico-Normativo do Direito Criança e do Adolescente</b> .....	13
1.1 Uma Perspectiva Histórica do Conceito de Infância: um breve relato.....	13
1.2 Primeiras Iniciativas Assistenciais em Favor da Criança e do Adolescente no Brasil.....	24
1.3 A Doutrina Penal do Menor .....	37
1.4 O Juízo Privativo de Menores .....	44
1.5 O Código de Menores de 1927 .....	52
1.6 É Instituída a FUNABEM .....	63
1.7 A Doutrina da Situação Irregular: o Código de Menores de 1979 .....	68
1.7.1 O Menor em situação irregular .....	69
1.7.2 Os menores entre 18 e 21 anos.....	70
1.7.3 Medidas de caráter preventivo.....	70
<b>2 A Doutrina da Proteção Integral e Seu Alcance Normativo</b> .....	77
2.1 Compreendendo o Tema .....	77
2.2 A Convenção sobre os Direitos da Criança .....	89
2.3 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	94
2.4 Os Princípios Constitucionais do Direito da Criança e do Adolescente.....	103

2.4.1 Princípio da prioridade absoluta.....	104
2.4.2 Princípio da proteção integral.....	106
2.4.3 Princípio do superior interesse .....	107
2.4.4 Princípio da cooperação.....	111
2.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente: Norma Regulamentadora dos Avanços Normativos nas Esferas Internacional e Constitucional.....	112
2.5.1 A Doutrina da Proteção Integral .....	113
2.5.1.1 A Criança e o adolescente: sujeito de direitos .....	120
2.6 Os Princípios Positivados no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	144
<b>3 A Incidência da Doutrina da Proteção Integral no Direito Brasileiro .....</b>	<b>151</b>
3.1 Uma Breve Introdução: como se Situam os Ramos do Direito sob o Olhar da Doutrina da Proteção Integral .....	151
3.2 O Código Civil – o Direito de Família: o Culto ao Castigo.....	152
3.2.1 Aspectos Relevantes: o Poder Doméstico .....	153
3.2.2 Castigo – Correção: uma Díade Equivocada .....	156
3.2.3 O Código Civil de 1916: uma Normatividade Equivocada? Ou Violadora? .....	159
3.2.4 Por uma Normatividade Não Violenta e Não Violadora.....	160
3.2.5 O Código Civil de 2002: a Violência Continuou Assentada na Norma.....	165
3.2.6 Pontos de “Incidência” do Direito da Criança e do Adolescente sobre o Direito de Família .....	171
3.3 A Lei “Menino Bernardo” .....	173
3.4 O Marco Legal da Primeira Infância .....	177
3.5 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	189
3.5.1 A educação pela ótica constitucional: breves anotações.....	189
3.5.2 A educação sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente .....	194

3.5.3 A educação na ótica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	196
3.6 A Lei da Escuta Especializada e do Depoimento Especial .....	205
3.7 O Marco Legal da Proteção de Dados .....	215
3.8 A Lei da Migração .....	226
<b>4 A Incidência da Doutrina da Proteção Integral na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – Junho de 2014 a Junho 2020 .....</b>	<b>231</b>
4.1 Situando o Tempo.....	231
4.2 O Marco Temporal/Conceitual da Pesquisa: a Lei “Menino Bernardo” .....	238
4.3 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ .....	242
4.3.1 Uma análise numérica dos acórdãos no período de junho de 2014 a novembro de 2020.....	242
4.3.2 Uma análise temática dos acórdãos no período de junho de 2014 a novembro de 2020 .....	247
4.4 Algumas Anotações sobre a Fundamentação das Decisões.....	337
<b>Conclusão .....</b>	<b>341</b>
<b>Referências .....</b>	<b>349</b>